

Feliz Natal e Próspera Ano Novo!

O Monatran

JORNAL DO MONATRAN - MOVIMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO - FLORIANÓPOLIS/SC - NOVEMBRO DE 2010 - ANO 02 - NÚMERO 13

DIA MUNDIAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DE TRÂNSITO

Florianópolis foi a cidade escolhida pela ONU para sediar o evento em 2010 no Brasil. A celebração ocorreu no dia 21 de novembro na Beira-mar Norte. (páginas centrais)



TRÂNSITO CATARINENSE: uma vítima a cada 6 horas

Excesso de velocidade, ultrapassagens e embriaguez são as principais causas. (Pág. 6)

Detrans aprovam a Nova Lei Seca

Página 4

Palhoça não terá transporte marítimo neste ano

Obras de construção dos terminais ainda dependem de licenças (Pág. 7)

Colunistas de "o monatran"

Roberto Alvarez
Bentes de Sá



Página 3

O bom exemplo das crianças

José Roberto
de Souza Dias



Página 5

Férias de verão.
A vida em primeiro lugar

Ildo Raimundo
Rosa



Página 7

Rio de Janeiro:
o teleférico da paz

EDITORIAL

Somos todos responsáveis

No ano 2020, segundo dados da OMS e do Banco Mundial, o número de mortos em decorrência de acidentes de trânsito poderá superar as vítimas de AIDS e de derrame cerebral juntos. Isso sem contar que esta trágica violência deixa, anualmente, um saldo de mais de 50 milhões de feridos.

Números alarmantes que, infelizmente, muitas vezes, não representam nada mais do que simples estatísticas. Porém, quando temos a oportunidade de observar um caso específico, quando assistimos a uma mãe chorando a morte do seu filho, começamos a perceber que, ao invés de meros números, o trânsito representa uma tragédia muito pior do que aquelas provocadas pelas guerras.

Contudo, uma guerra aceitável para os padrões da sociedade atual que, como observou o psicólogo Marcos Ferreira, durante a celebração do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito em Florianópolis, parece fazer questão de esquecer cada trágico episódio de violência no trânsito. “Liberando o tráfego o mais rápido possível, limpando o asfalto e ‘produzindo’ novas vidas para serem ceifadas”.

Sem dúvida alguma, precisamos mudar esta cultura. O sofrimento causado pelo trânsito em nosso país precisa ser INACEITÁVEL para todos nós como sociedade. Não é possível que precisemos sofrer na pele uma perda para então acordarmos. NÃO! Algo precisa ser feito!

E não adianta esperarmos passivamente que o governo faça algo. Precisamos lutar por uma solução! Exigir das autoridades competentes que elas cumpram o seu papel. E, mais do que isso, precisamos começar a fazer a nossa parte!

Christiani Yared (mãe de Gilmar Yared, um dos jovens mortos em um acidente ocorrido em maio do ano passado em Curitiba, que envolveu o então deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho) emocionou aos presentes na celebração dizendo que a sua luta não é pelo filho morto, mas sim pelos filhos vivos da nação brasileira, chamando a atenção para a educação que deve ser iniciada em cada lar.

“A Bíblia diz, ensina a criança no caminho em que deve andar e até quando for velho, não se desviará dele. Quando ensinamos aos nossos filhos, temos mais chance de ter vida! Mas não basta que eu ensine e a mãe do meu vizinho se omita. Nós mães que ensinamos aos nossos filhos, somos atingidas pelos filhos das mães que não ensinaram. Porque se você ensina o seu filho e eu não ensino, o meu filho mata o seu.”

Uma afirmação forte, mas que no fundo apenas nos lembra daquilo que todos já deveríamos saber: Somos todos responsáveis!

NOTAS E FLAGRANTES

Denatran alerta sobre golpe

No último mês de novembro, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) emitiu alerta aos cidadãos, informando sobre a existência de um golpe que está sendo aplicado por meio de falsos boletos bancários referentes às multas de trânsito.

Segundo relatos, os criminosos fotografam veículos que estão trafegando em uma determinada via. De posse do número da placa, das imagens e do endereço do motorista, os criminosos fal-

sificam boletos de pagamento de multa e os enviam ao usuário. Nesse suposto boleto consta o número de uma conta bancária na qual deve ser efetuado o depósito do pagamento.

O Denatran recomenda aos usuários que, ao receberem o documento referente à multa, acessem o site do respectivo Departamento Estadual de Trânsito (Detran) a fim de consultar, por meio do número da placa do veículo, se há de fato algum registro de infração.

Sistema mede nível de alerta e indica horário para descanso de motorista



Sistema automatizado vendido na Dinamarca promete identificar, em tempo real, o nível de fadiga do motorista. Vendido por 1.500 coroas dinamarquesas, equivalente a R\$ 460, aparelho pede para que motorista aperte botão para se manter alerta constantemente, e indica horários ideais para parar o carro, deixar o volante e descansar.

Dona de casa dá à luz menina em congestionamento, em Florianópolis

Uma dona de casa de 31 anos deu à luz uma menina, no dia 11 de Novembro, a caminho da Maternidade Carmela Dutra, em Florianópolis. O bebê nasceu dentro do carro, com pouco mais de 2,7 kg e 46 cm, e passa bem.

Devido ao trânsito no caminho do continente até a ilha, onde fica a maternidade, o bebê nasceu ainda no carro.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, a mulher contou com a ajuda de pessoas que passavam pelo viaduto onde estava o carro e quando a equipe chegou, o bebê já havia nascido. Elas estavam bem.



Francine Cadore/DC/Ag.RBS

monatran

Jornal do MONATRAN -

Movimento Nacional de Educação no Trânsito

Sede Nacional: Av. Hercílio Luz, 639 Conj. 911

Centro - Florianópolis / Santa Catarina - CEP 88020-000

Fone: (48) 3333-7984 / 3223-4920

E-mail: jornal@monatran.org.br

Site: www.monatran.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Roberto Alvarez Bentes de Sá

Diretores: Romeu de Andrade Lourenção Júnior
Sergio Carlos Boabaid
Luiz Mario Bratti
Maria Terezinha Alves
Francisco José Mattos Mibielli

Jornalista Responsável e diagramador:

Rogério Junkes - Registro Profissional nº 775 - DRT

Redatora: Ellen Bruehmueller - Registro Profissional nº 139/MS - DRT

Tiragem: 10.000 exemplares

Distribuição: Gratuita

Os artigos e matérias publicados neste jornal são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam, não refletindo necessariamente o pensamento da direção do MONATRAN ou do editor.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Roberto Alvarez Bentes de Sá
robertobentes@monatran.org.br



O bom exemplo das crianças

No último dia 21 de Novembro, vivi uma experiência inesperada. Apesar da decepção em, mais uma vez, constatar o desinteresse para com a problemática do trânsito por parte das autoridades políticas catarinenses e do órgão responsável pela política de trânsito no Brasil, Denatran – Departamento Nacional de Trânsito (órgão do Ministério das Cidades), tive reacendida a chama da esperança no futuro, ao observar o entusiasmo de dezenas de crianças que se esmeraram, ao máximo, participando do concurso de desenhos proposto pela Polícia Rodoviária Federal durante a celebração do Dia mundial em Memória das Vítimas de Trânsito, em Florianópolis.

Aliás, faço questão de ressaltar que o bom exemplo (estopim da esperança) já começou com a iniciativa e desprendimento do jovem Inspetor da PRF/SC, Leandro Andrade, um dos organizadores da participação da instituição no

evento, que não poupou esforços para fazer o melhor em prol da construção de um trânsito mais humano e seguro.

Com o tema “Trânsito é vida”, mais de 60 crianças participaram do concurso de desenhos do qual tive o privilégio em tomar parte da comissão julgadora. Não foi fácil escolher, pois na verdade todos mereciam ser premiados. Frases fantásticas e pontos de vista que muitos adultos não têm capacidade de imaginar foram levantados por aquelas crianças com idade de até, no máximo, doze anos.

No entanto, nos coube a difícil tarefa de escolher apenas dez: cinco entre as crianças de até oito anos e outros cinco entre aquelas com idade entre nove e doze anos. As lições foram muitas e você terá a oportunidade de ver algumas fotos nas páginas 8 e 9, porém, gostaria de destacar aqui a mensagem proposta pela vencedora da categoria dos mais velhos.

Amanda Félix, de apenas 10 anos de idade, escreveu com sua caligrafia infantil: “No trânsito, não faça vítimas. Faça viagens de ida e volta. Ida feliz! Volta feliz!”. Que mensagem! Que aula de educação para tantos adultos que, muitas vezes, preocupados com seus horários e compromissos, acabam se esquecendo que, muito mais importante do que se deslocar com rapidez e agilidade, é fazer uma boa viagem, sem problemas que possam estragar a felicidade de sua família ou da família de outros.

Ah! Se todos os motoristas pensassem como escreveu Amanda! Como seria bom se todos se preocupassem em fazer viagens de ida e volta cheias de felicidade! O trânsito, com certeza, seria mais humano e seguro e muitas vidas seriam poupadas.

Parabéns Amanda e a todas as crianças que nos deram grandes lições de cidadania!

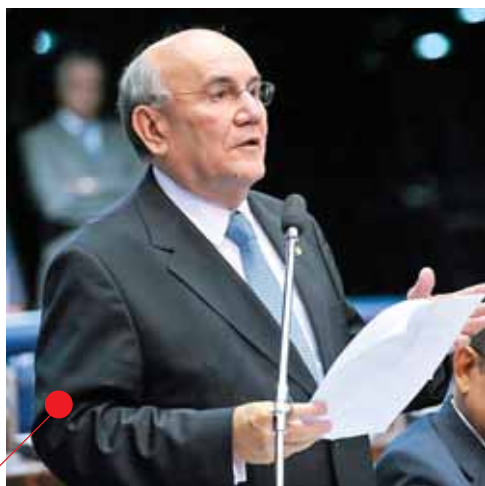
Sigamos todos o bom exemplo das crianças!

Rodízio de veículos nas grandes cidades

O Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que pretende, entre outras coisas, desafogar o trânsito nas grandes cidades e garantir acessibilidade para quem tem dificuldade em se locomover trami-ta agora na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O relator na CMA, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), avalia que a grande dificuldade a ser enfrentada é a falta de planejamento nas cidades.

Ele afirma que as maiores cidades devem ser obrigadas adotar o rodízio de veículos na tentativa de desafogar o trânsito, a exemplo do já ocorre em São Paulo.

“O projeto prevê a regulação de serviços de transporte coletivo, como licitação para permissão de empresas



operarem no transporte público, redução de subsídios tarifários e uma política de mobilidade específica para cada cidade brasileira” disse. “Cada local vai fazer a adequação conforme suas necessidades, porém o rodízio deve ser utilizado para reduzir o fluxo de carros”.

De acordo com o senador, as cidades com mais de 50 mil habitantes foram obrigadas a

fazer um Plano Diretor Urbano com planejamento a médio e longo prazo, que deve atuar em sintonia com o Plano Nacional de Mobilidade Urbana.

INTEGRAÇÃO
Luis Carlos
Bueno, Secretário
Nacional de Trans-

porte e da Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades, explica que a idéia é melhorar o transporte público por meio da integração dos modais, como metrô e ônibus, além de incentivar o uso da bicicleta. Segundo Bueno, o plano também vai facilitar a circulação de idosos, gestantes e deficientes físicos com a construção de calçadas apropriadas e a adaptação de ônibus.



“As ruas das grandes cidades são estreitas e as avenidas não comportam uma quantidade significativa de veículos. Muitos cidadãos deixam de usar transporte público por falta de qualidade. A expectativa é que o plano seja aplicado a partir de abril, se aprovado nas comissões e pelo presidente”, prevê.

Para Ricardo Oliveira, especialista em transporte pela

Universidade de Brasília (UnB), o governo deve priorizar medidas de curto prazo que criam soluções com pouco custo. Segundo Oliveira melhorar a qualidade do transporte público é uma tendência das grandes metrópoles do mundo.

“As vias foram desenhadas para atender automóveis, não para ônibus e pedestres. A solução é oferecer transporte público de qualidade para que as pessoas deixem o veículo em casa e utilizem o serviço com comodidade”, defende. “A criação de corredores exclusivos para ônibus, ciclovias e faixas de pedestres trazem resultados imediatos ao trânsito das grandes cidades”.

Nova Lei Seca é aprovada pelos Detrans

Porém só será transformada em Projeto de Lei no próximo ano legislativo

O texto com propostas para alteração da Lei Seca, feito pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran|ES), foi aprovado por unanimidade pelos representantes de todos os Detrans do Brasil em reunião realizada no dia 10 de Novembro, em Brasília.

Durante o encontro, realizado na sede da Associação Nacional dos Detrans (AND), o diretor geral do Detran|ES, Marcelo Ferraz, apresentou um texto com modificações no Art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que trata da punição para o motorista que dirigir após ingerir bebida alcoólica.

A redação sugerida pelo órgão foi construída com a ajuda de pessoas ligadas diretamente ao tema e também da sociedade em geral, que contribuíram através de Consulta e Audiência Pública, realizadas pelo Detran|ES.

Após a apresentação detalhada do texto proposto pelo órgão, os representantes dos Detrans avaliaram que a redação já está tecnicamente pronta para tramitar no Congresso Nacional.

ta para tramitar no Congresso Nacional.

Autor da Lei Seca - O au-



tor da Lei Seca, deputado federal Hugo Leal, também estava presente na reunião da AND e parabenizou o Detran|ES pela iniciativa. Segundo o deputado, de todos os debates já realizados sobre a Lei Seca, a proposta apresentada por Marcelo Ferraz é a mais abrangente e mais completa que ele já viu.

“O texto proposto conseguiu amarrar todo o assunto sobre a Lei Seca, destrinchando os pedaços, citando as penalidades para todas as situações em que o condutor embriagado possa se envolver. O texto é completo, harmo-

za os crimes previstos no Código de Trânsito e, na minha concepção, já está pronto para

ser transformado em projeto de lei”, afirmou Hugo Leal.

Apesar da ideia de transformar o texto em projeto de lei ter sido apoiada por todos os presentes, o deputado sugeriu esperar para o próximo ano legislativo. Segundo o diretor geral do Detran|ES, Marcelo Ferraz, os trabalhos do legislativos estão terminando e não haveria tempo para a votação do projeto.

“Os trabalhos se encerram no próximo dia 15 de dezembro, faltam apenas 11 sessões e na pauta do Congresso Nacional existem 12 Medidas Provisórias para serem vota-



Os representantes dos Detrans avaliaram que a redação já está tecnicamente pronta para tramitar no Congresso Nacional.

das e assuntos polêmicos como o pré-sal e o orçamento de 2011. A chance do projeto de lei tramitar agora é praticamente nula e por isso vamos esperar um pouco para não perdermos a oportunidade de mudarmos a lei atual”, explicou Ferraz.

Assim, o texto será transformado em Projeto de Lei e será encaminhado ao Congresso Nacional em fevereiro do ano que vem, quando se iniciam os trabalhos legislativos.

Enquanto isso, durante os meses de dezembro e janeiro, o debate sobre a mudança da Lei Seca será realizado pelo

resto do país. Os Detrans irão levar o texto proposto pelo Detran|ES com as modificações do Art. 306 para ser conhecido pela população dos outros Estados.

CONTRIBUIÇÃO

Enquanto a proposta de alteração do Art. 306 não é transformado em Projeto de Lei, as pessoas interessadas poderão deixar sua contribuição no site do Detran|ES: www.detran.es.gov.br. Para tanto, basta clicar no ícone “Consulta Pública - Nova Lei Seca”, que está localizado no lado esquerdo da página.

Peru multa mais de mil ‘maus pedestres’

Pedestres que não obedecem regras passaram a ser multados no país. Governo espera que punições ajudem a conscientizar a população.

No primeiro dia de vigência de uma lei para punir os pedestres que desobedeçam regras de trânsito no Peru (17 de Novembro), a polícia aplicou mais de 1 mil multas aos infratores, segundo um balanço realizado pelo Ministério do Interior.

A maioria das infrações foram cometidas por pedestres que cruza-

ram de forma repentina a rua, sem respeitar as normas de trânsito, falta considerada “muito grave” e punida com multa de 72 soles (cerca de R\$ 44). Em segundo lugar, ficaram as infrações por transitar na borda ou fora dos limites da calçada, falta considerada “leve” com multa correspondente de 18 soles, informou o jornal local “Peru 21”.

O coronel José Alvarado, chefe da polícia de trânsito, disse ao jornal que 200 agentes distribuíram-se em 24 equipes nos turnos da manhã, tarde e noite. “As primeiras multas foram aplicadas às 7h da manhã, a transeuntes que cruzaram as ruas em diagonal, dando as costas aos veículos e esquecendo que a faixa de pedestres é sua zona segura”, disse.

Também presente às operações,

Marco Miyashiro, do Ministério do Interior, disse que espera que as ações conscientizem a população a respeitar as leis de trânsito.

Segundo o vice-ministro, as operações estão sendo realizadas em zonas devidamente sinalizadas, com sinalizações nas ruas e semáforos em bom estado. “Os locais que não estão bem sinalizados, a polícia deve ser mais flexível e razoável”, disse.

O chefe da polícia de trânsito acrescentou que, nestes casos, os pedestres devem atravessar nos cruzamentos entre as ruas, mesmo que a faixa de pedestres esteja apagada. Alvarado reconhece que muitas das ruas e avenidas da capital peruana estão sem sinalização. No entanto, disse que os cidadãos deveriam respeitar as leis de trânsito “por convicção”.

Com relação aos cruzamentos em que não há semáforo, o chefe da polícia de trânsito disse que os motoristas devem dar prioridade aos pedestres, de acordo com as leis em vigor.

Nota do Editor: O Código de Trânsito Brasileiro, em seu artigo 254, prevê multa aos pedestres que cometerem alguma das infrações estabelecidas, como: permanecer ou andar nas pistas de rolamento, exceto para cruzá-las onde for permitido; andar fora da faixa própria, passarela, passagem aérea ou subterrânea; ou desobedecer à sinalização de trânsito específica, entre outras. Falta agora é aplicar!

A Europa e o trânsito: uma história de sucesso

Enquanto nos países de Terceiro Mundo, o aumento na frota acarreta aumento no número de mortos no trânsito, na Europa, este desenvolvimento é inverso – mesmo com o aumento da frota, o número de mortos tem diminuído significativamente.

Apesar dos altos e baixos com os quais a Europa se confronta, este Continente tem histórias de sucesso que merecem ser discutidas, comentadas e divulgadas. Uma destas é a obstinação com a qual países europeus trataram e seguem tratando de melhorar a segurança viária.

Nesta área, a maioria dos 27 países da Comunidade Europeia (CE) tem feito progressos dignos de registro. Mesmo países como Portugal e Grécia que, antes de se filiarem à CE em 1986, eram lamentáveis campeões mundiais em estatísticas de mortos também fizeram, desde

então, enormes progressos.

Segundo dados divulgados pela *Bundesantalt für Strassenwesen*, uma autarquia alemã ligada ao Ministério dos Transportes, o total de pessoas mortas no trânsito em 15 países da CE em 1980 foi de 63.644. Em 2008 esta cifra baixou para 25.427, o que corresponde a um decréscimo de 60% no período de 28 anos.

A Alemanha, por exemplo, no ano de 1980 registrou 15.050 mortos. Naquele ano havia no país 27,1 milhões de veículos em circulação. Em 2008, o número de veículos em circulação cresceu para 49,3 milhões de

unidades, mas foram registrados “apenas” 4.477 mortos. Em outras palavras, aumentou consideravelmente o número de veículos em circulação e aumentou o número de acidentes, mas decresceu o número de mortos.

Felizmente, este desenvolvimento satisfatório não é somente um desenvolvimento da Comunidade Européia. Outros países não europeus também registram números decrescentes como: Austrália, Japão, Nova Zelândia Canadá e EUA.

Contudo, uma comparação internacional de acidentes com mortes por 100 mil habitantes revela índices mais preocu-

pantes: a média da Europa 27 (CE) é de 7,9; na África este índice é de 28,3 e nos países ao leste do Mediterrâneo 26,3. Já no Brasil, apesar de ter havido um leve decréscimo depois da implantação da Lei Seca, o índice ainda é de 17,3.

Os dados citados nesta matéria são do Bundesantalt für Strassenwesen, uma autarquia alemã ligada ao Ministério dos Transportes. Para o leitor que quiser se aprofundar, as informações estão disponíveis em alemão e inglês no site: www.bast.de.

Jose Roberto de Souza Dias *



Férias de Verão. A vida em primeiro lugar

Estamos no início da temporada de verão. Depois de um ano de muito trabalho, as pessoas querem usufruir o direito de relaxar e preparar-se para uma nova jornada de atividades.

Santa Catarina, um dos principais pólos de atração turística do Brasil, aguarda um número record de visitantes, principalmente em suas praias, consideradas as mais belas do Atlântico sul. Emoldura esse cenário, um povo hospitaleiro que trata os visitantes como velhos amigos.

Entretanto, em contradição a toda essa cordialidade e beleza, as estradas catarinenses, principalmente as federais, continuam sendo entre as mais perigosas do Brasil. Isso exige do motorista um cuidado redobrado e um planejamento bem feito na hora de viajar para que o sonho não termine na próxima curva.

Nos últimos anos pouco se fez de concreto com o objetivo de reduzir os riscos. A prevenção fica quase que exclusivamente nas mãos da polícia rodoviária federal e estadual que, apesar do número insuficiente de seus quadros, cumpre com rigor o papel de fiscalizar e orientar o trânsito rodoviário.

Ao contrário, em outros países, o combate ao acidente de trânsito é uma prioridade absoluta.

A França é um desses exemplos. Desde 2002, quando erigiu um projeto nacional de combate a violência no trânsito, o número de mortos e feridos nas estradas francesas, foi reduzido pela metade.

A política de segurança de trânsito focou em vários aspectos, mas principalmente, na redução da velocidade. Assim, de 2002 a 2008, a velocidade média dos veículos, medida regularmente em áreas fora do radar, declinou de 90,5 Km/h para 80,4 km por hora.

O número de mortes, quase 8.250 em 2001 foi

para 4.275 em 2008, confirmando a observação feita por muitos especialistas que uma diminuição da velocidade de 1% gera uma redução média de 4% no número de mortes. Em síntese, quando se reduz a velocidade está se ajudando a preservar a vida.

Importante salientar que essas medidas foram acompanhadas de forte mobilização social o que resultou em amplo apoio da população francesa.

Em 2009 percebeu-se uma sutil reversão de expectativas que, segundo as autoridades, pode estar ligada ao uso pelos condutores de tecnologias de identificação de radares, ou simplesmente a necessidade de ampliar as ações de mobilização social. O combate à doença do trauma no trânsito, como outras epidemias, depende da vacinação constante da população, principalmente dos grupos de risco e dos futuros condutores de veículos.

Importante salientar que *não basta informar, é necessário mobilizar e envolver as pessoas em torno das bandeiras da Paz no Trânsito*. Afinal, é impossível manter um policial a cada quilômetro da via ou dentro de cada veículo que passa.

Outro foco de atividade das autoridades francesas tem sido a redução do consumo de álcool e drogas pelos motoristas. Da mesma forma que o combate à velocidade, os alvos foram identificados e se fez um amplo trabalho de conscientização e de mobilização social, inclusive nas boates e outros estabelecimentos noturnos, principalmente nos finais de semana e nas férias. O mote dessa ação é “aquele que conduz é aquele que não bebe”

Outro bom exemplo dos franceses é a instalação de dispositivo tipo alcoolock, que impede o acionamento do veículo se o condutor houver ingerido bebida alcoólica até um determinado limite. Esse sistema já opera com sucesso no Canadá e em

alguns países escandinavos e funciona como que uma punição preventiva. A França tornou esse equipamento obrigatório a partir deste ano para o transporte de crianças e a todos os veículos novos a partir de 2015.

É tradicional o respeito dos franceses com a terceira idade e no trânsito não é diferente. Nesse sentido, é primordial o trabalho com os motoristas idosos para que possam usufruir com qualidade o direito de ir e vir no volante.

Outro centro de atenção são os ciclistas e motociclistas com a criação de pistas exclusivas para esse tipo de veículo, o uso obrigatório de equipamentos de segurança e a informação e mobilização desse grupo de usuários das vias.

Merece destaque especial a corajosa medida tomada pelos franceses em 2007 estipulando o número máximo de 3.000 mortos nas estradas até 2012, o que representa 47 mortos por milhão de habitantes. Meta de difícil alcance, mas que serve de parâmetro para uma política pública que coloca a vida em primeiro lugar.

Ações, como estas realizadas pelos franceses, já foram realizadas no Brasil pelo Programa Pare, do Ministério dos Transportes e com ampla participação popular. Os resultados foram amplamente positivos, mas faltou humildade e ousadia para manter, ampliar e continuar com a vida sempre em primeiro lugar!

* Doutor em Ciências Humanas e Mestre em História Econômica pela USP, Professor Adjunto da UFSC, criou e coordenou o Programa PARE do Ministério dos Transportes e foi diretor do Departamento Nacional de Trânsito - Denatran. Secretário Executivo do Gerat, da Casa Civil da Presidência da República, Diretor de Planejamento da Secretaria de Transportes do Rio Grande do Sul, Presidente do Instituto Chamberlain de Estudos Avançados e membro do Conselho Deliberativo do Monatran – Movimento Nacional de Educação no Trânsito.

Licitação no Pantanal é barrada

TCE suspende processo de duplicação e revitalização da Rua Deputado Antônio Edu Vieira porque as desapropriações ainda não foram executadas e não há estudos sobre o tráfego no local

Neste mês de novembro, fomos todos testemunhas de algo quase inacreditável. A Prefeitura Municipal de Florianópolis lançou edital de licitação para a duplicação e revitalização da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, a geral do Bairro Pantanal, dentre outras falhas, sem ter ao menos projetos de desapropriação da área que envolve propriedades particulares.

A fim de barrar a famosa onda de colocar a carroça na frente dos bois, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) suspendeu o edital por identificar várias irregularidades no documento publicado no dia 10 de Novembro, no Diário Oficial.

A obra é considerada a mais importante para o desafogamento do trânsito da região,

que é bastante intenso devido à localização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Porém, como já dissemos, entre os itens em desacordo, está o fato de que a obra envolve áreas particulares que não foram desapropriadas. A maior delas é um trecho de 14,7 mil metros quadrados que pertence à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A possível doação está sendo estudada.

Segundo o jornal Diário Catarinense, uma comissão mista formada por membros da universidade e do Instituto de Planejamento Urbano da Capital (IpuF) está avaliando o projeto.

“Primeiro é preciso ter posse do terreno para depois prosseguir com a licitação. Mas não existem nem projetos de desa-

propriações. Não se pode, então, abrir a concorrência, dar ganho para alguma empresa. E se depois as desapropriações não acontecem, como fica?” observa o diretor de Controle de Licitações e Contratações do TCE, Edison Stieven.

Outra questão é que não há um estudo que justifique a duplicação. Também não existe análise de tráfego no local. O projeto prevê apenas a duplicação de um trecho de cerca de um quilômetro, quando na opinião de Stieven a melhor solução seria a duplicação de toda a via.

O TCE também apontou outras três irregularidades na formulação do texto. Um item fala sobre administração local, mas não especifica do que se trata e está em percentual, o que

não se aplica em orçamentos. Nas bonificações e despesas indiretas estão incluídas taxas que não fazem parte disso. No edital, está previsto, ainda, um índice de reajuste, e no contrato consta outro.

O Secretário Municipal de Obras, Luiz Américo Medeiros, disse que a determinação do TCE vai ser atendida e o processo de licitação está interrompido. A intenção é fazer as justificativas ou ajustes às exigências em menos de 15 dias (o que até o fechamento desta edição não havia acontecido). Com a suspensão da concorrência, o cronograma das obras deve ser alterado. A intenção era iniciar os trabalhos ainda este ano. Agora, o Secretário informa que não há como prever os prazos.



PLANO DIRETOR de Florianópolis só em 2011

Para quem acreditou que o Plano Diretor Participativo da capital catarinense ficaria pronto ainda em 2010, infelizmente, a notícia não é boa. Embora tenha afirmado, em junho, que a nova proposta seria encaminhada à Câmara de Vereadores até novembro, o professor Rodolfo Pinto da Luz (*foto*) admitiu, em entrevista ao Jornal O Monatran, que a revisão técnica foi mais demorada do que o esperado.

Segundo Luz, técnicos do IPUF, SUSP e Florian continuam revisando a proposta que só deve ser colocada em debate com a população em fevereiro do ano que vem. “Após a conclusão da revisão, iremos reconstituir o núcleo gestor, para então submeter a nova proposta, em seguida abrir as audiências públicas em todas as regiões da cidade, elegendo delegados para a Conferência da Cidade”, explica.

Assim, se tudo ocorrer conforme o planejado, somente no mês de “maio ou junho” a proposta seria encaminhada à Câmara Municipal.

Uma morte a cada seis horas no TRÂNSITO CATARINENSE

A cada 6h01min56s uma pessoa perde a vida no trânsito em Santa Catarina. Uma triste estatística que já deixou pelo menos 1.329 mortos. Somente nas rodovias federais, foram 459 vítimas fatais até o dia 31 de outubro.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina, as principais causas de mortes no trânsito do Estado são excesso de velocidade, ultrapassagens, embriaguez e a falta de hábito de utilização do cinto de segurança.

“Quem utiliza as vias públicas deve se conscientizar do risco e do perigo do trânsito. Deve se livrar do excesso de confiança e compreender que é o que mais ceifa vidas no mundo”, alerta Nivaldino Rodrigues, especialista em Educação para o Trânsito e mestre e doutorando em sociologia da Universidade Nacional de Brasília (UnB).

De acordo com o consultor em segurança de trânsito,

Philip Anthony Gold, as mortes no trânsito são um problema nacional. Para ele, o assunto não é tratado com a importância que deveria, principalmente em relação aos pedestres. “A tendência é oferecer boas condições ao motorista, e não ao pedestre. O número elevado de mortes por atropelamento comprova isso”, constata.

EMBRIAGUEZ AO VOLANTE É A MAIOR VILÃ

A combinação álcool e direção está entre as principais causas de acidentes de trânsito em Santa Catarina, de acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Até 31 de outubro, somente em rodovias federais, foram 799 acidentes relacionados ao consumo de álcool, com 33 mortos e 148 vítimas graves. A rodovia campeã em quantidade deste tipo de ocorrência é a BR-101, a mais movimentada de SC, com 334 registros.

Já de acordo com um levantamento do Detran, foram 5.587 autos de infração por embriaguez até a primeira semana de Novembro em todo o Estado. Em média, são quase 18 multas por dia.

Enquanto nas estradas estaduais, foram 633 multas por embriaguez nos primeiros dez meses do ano. No mesmo período, as centrais de emergência da Polícia Militar registraram 2.333 ocorrências envolvendo embriaguez ao volante, nem todas resultantes em autuações ou acidentes.

Para o sargento Rafael Benfica Nicoleit, da Polícia Militar Rodoviária (PMRV), o maior problema da fiscalização são as brechas deixadas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB). “A fiscalização existe, mas a punição, muitas vezes, esbarra no fato de que os suspeitos não são obrigados, pelo CTB, a fazer os exames que comprovem o consumo de bebida alcoólica acima do permitido”, lamenta.

Transporte Marítimo de Palhoça não sai neste ano

Mas SPU confirma boa vontade em ceder áreas para construção dos terminais de embarque e desembarque.

Apesar de todo otimismo e publicidade da administração municipal de Palhoça, o Transporte Marítimo da cidade não tem como virar realidade ainda em 2010. Isso porque, mesmo existindo a vontade política, a concretização do fato depende de licenças obrigatórias como a ambiental (IBAMA) e a própria cessão das áreas para a construção dos terminais que, por sua vez, está vinculada à licença ambiental.



Isolde Espíndola, do SPU

Em entrevista exclusiva ao Jornal O Monatran, a Superintendente do Patrimônio da União em Santa Catarina, Isolde Espíndola, confirmou a simpatia do órgão para com o projeto, porém, fez ressalvas quanto à viabilidade técnica para aprovação do projeto em um espaço tão curto de tempo. “Isso sem contar o prazo da obra em si”, observou.

Segundo a Superintendente,

o SPU não vê problema em liberar as áreas, “desde que as áreas sejam adequadas, tenham a liberação ambiental e estejam de acordo com a legislação vigente”. No entanto, uma liberação deste porte não sai de uma hora para outra.

Para Isolde, todo o processo seria mais rápido se fosse marcada uma reunião com todos os órgãos envolvidos (SPU, IBAMA e Capitania dos Portos).

Afinal, “se cada órgão for trabalhar independente vai demorar muito. Por exemplo, o SPU autoriza a cessão das áreas desde que o IBAMA licencie. O IBAMA tem um mês para responder e pode pedir mais um mês para decidir. Se estivéssemos todos juntos, muita coisa poderia ser resolvida na hora”, acredita.

Além disso, a Superintendente recomenda que este não seja um projeto apenas de Palhoça, mas sim da Grande Florianópolis. “Já sugeri ao prefeito Ronério que ele estudasse um nono ponto na capital, pois acredito que este seja o destino final de muitos moradores de Palhoça. Para tanto, seria necessário firmar um convênio com a prefeitura de Florianópolis. Porém, talvez fosse mais interessante estender o convite de convênio às prefeituras de São José e Biguaçu, integrando ainda

mais estas quatro cidades”, propõe.

Entusiasmado, o prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt, um defensor ferrenho desse novo modelo de mobilidade urbana, disse que está na hora da região metropolitana deixar de dar as costas para o mar. “Precisamos urgentemente de uma alternativa viável que desafogue o intenso tráfego e que permita desenvolver ainda mais a potencialidade turística de nossa região”, afirma.

Projeto - Sancionado no dia 10 de Novembro, o Projeto de Lei que cria o Sistema de Transporte Marítimo em Palhoça é pioneiro na região da Grande Florianópolis. Segundo a Prefeitura Municipal, com a implantação do Sistema, cerca de 10 mil pessoas devem ser beneficiadas com a condução aquaviária na baixa temporada e 100 mil durante a temporada

de Verão.

Os oito pontos de apoio (embarque e desembarque de passageiros) serão instalados nas localidades da Ponte do Imaruim, Centro, Barra do Aririu, Praia de Fora, Enseada de Brito, Praia do Sonho, Pinheira e Praia do Pontal. Além disso, há a intenção de implantar um ponto de apoio, de embarque e desembarque, do novo modelo em Florianópolis, além de, futuramente, envolver São José e Biguaçu.

No entanto, é necessário que haja vontade política por parte destas três cidades. Infelizmente, o prefeito da capital, Dário Berger, afirmou recentemente que seria impossível qualquer tipo de transporte marítimo em Florianópolis, por absoluta inviabilidade econômica, já que as linhas iriam ligar “nada a lugar nenhum”.



Ildo Raimundo Rosa *

Rio de Janeiro: o teleférico da paz

Há algum tempo, pesquisas empreendidas em várias cidades brasileiras, apontam para a Segurança Pública como uma das maiores preocupações da sociedade civil.

Os recentes programas eleitorais simplesmente tangenciaram a questão, remetendo o melhor encaminhamento do problema para a educação, a saúde, a inclusão social e o emprego.

Os fatos ora ocorridos na cidade do Rio de Janeiro demonstram claramente que existem ações que podem ser implementadas no curto prazo, restabelecendo a ordem e a própria confiança no aparato policial, sem que isso necessaria-

mente demande altos custos, sejam em recursos financeiros, seja em vidas humanas.

A história de apoderação do narcotráfico dessas comunidades empobrecidas concentra-se especialmente nas intransponíveis dificuldades de mobilidade que isolam grandes faixas da população, o que fez com que numa ação inédita o Governo do Rio de Janeiro esteja construindo nos moldes da cidade de Medellín, na Colômbia, um teleférico que, além de resolver as dificuldades de acesso dos moradores dos pontos mais íngremes, propiciará que de forma segura outros moradores possam usufruir da magnífica paisagem

traçada por áreas remanescentes de mata atlântica e pelo deslumbrante complexo da Penha.

Assim, temos que as facilidades apresentadas na acessibilidade dizem respeito à esperada integração dos moradores do complexo do alemão com a cidade em si, certos de que só assim poderemos garantir que não mais teremos que conviver com as imagens dramáticas das forças de segurança retomando um território que mesmo fazendo parte da história política e urbana da antiga cidade maravilhosa há muito tempo era dominado por turbas ensandecidas a serviço do mal e do tráfico de drogas.

A notável visibilidade

dada ao Brasil a partir do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que gera grandes preocupações para alguns segmentos, especialmente o turismo, demonstram claramente a necessidade imediata desta pronta intervenção, como uma condição intrínseca da paz e da tranquilidade que permitam planejar os eventos programados para a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2018.

Neste sentido, a clara retomada da confiança no poder político, que se rendeu a condução profissional e

isenta do Secretário de Segurança Pública Mariano Beltrame, resolveu o que historicamente tem representado para o Rio de Janeiro um pacto com o atraso e com a criminalidade, perfeitamente compatíveis com a corrupção e o clientelismo político de tempos atrás, cabendo ao Governo Federal um papel preponderante no repasse de recursos advindos do PAC e ao Ministério de Justiça através dos programas oferecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

* Delegado da Polícia Federal. Ex-presidente do IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Ex-secretário da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Florianópolis. Membro do Conselho Deliberativo do MONATRAN - Movimento Nacional de Educação no Trânsito.

Autoridades políticas catarinenses ignoram Dia

Denatran também fica em silêncio. Além de não mandar representantes para o evento em Florianópolis, não publicou nenhuma matéria sobre o assunto em seu site. É muito desinteresse!

“Nos sentimos responsáveis por não termos acordado antes da nossa perda. Como muitos, nós só nos mexemos quando algo acontece conosco. Mas nós levantamos esta bandeira hoje não é pelos filhos mortos, mas sim pelos filhos vivos. É pelos filhos de vocês que ainda não perderam! É por você mãe que abraça o seu filho. É por você pai que vai buscar seu filho na escola e luta e sonha o sonho do seu filho.” **Christiani Yared** - mãe de Gilmar Yared, um dos jovens mortos em um acidente em Curitiba, que envolveu o então deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho.



“Nós precisamos nos lembrar que nós também somos responsáveis. Não só os políticos, não só a polícia, não só os motoqueiros, não só os motoristas, mas qualquer pessoa. Todos nós precisamos acordar e refletir o que podemos fazer em prol da nossa vida e de todos os

que vivem ao nosso redor. Isso é consciência!” - **Alice Kuerten**, mãe do tenista Gustavo Kuerten.

“Infelizmente, o público que deveria ouvir tudo isso não está aqui hoje. Aqueles que viraram a noite bebendo e dirigem, provavelmente, agora estão dormindo ou fazendo festa por aí. Mas as pessoas que estão aqui já são conscientes e estão nos apoiando. E isso já é uma vitória! Agradeço a todos que estão aqui presentes!” **Cláudia Pacheco de Oliveira** - ex-socorrista do SAMU e condutora de um veículo de emergência, vítima da imprudência no trânsito.



Instituído em 2005 pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito é celebrado no Brasil desde 2007. Sendo que, neste ano de 2010, a cidade escolhida para a ação nacional foi Florianópolis, capital do segundo estado brasileiro no ranking da violência no trânsito.

Apesar de toda a relevância do tema, estranhamente, nenhuma autoridade política catarinense prestigiou o evento, realizado no terceiro domingo do mês de novembro (21), conforme determinação da ONU. Aliás, o único político presente foi o autor da Lei Seca, Deputado Federal Hugo Leal, do Rio de Janeiro.

“É lamentável percebermos o descaso das autoridades catarinenses para com a maior tragédia brasileira da atualidade: milhares de vidas ceifadas no trânsito”, comentou o presidente do Monatran – Movimento Nacional de Educação no Trânsito, Roberto Bentes de Sá, lembrando que todos devi-

am ter conhecimento do acontecimento, já que a própria prefeitura da capital e outros órgãos ligados aos governos municipais (Florianópolis e São José) e estadual eram entidades apoiadoras do evento.

Apesar do desinteresse político, cerca de 500 pessoas participaram da celebração que, muito mais do que homenagear as milhares de vidas ceifadas pelo trânsito, teve como objetivo chamar a atenção da sociedade para uma mobilização em prol da vida no trânsito, percebendo sua responsabilidade em cobrar ações concretas das autoridades, além de fazer a sua parte.

A programação, realizada na Avenida Beira-Mar na altura do Koxixos, foi organizada pelo

Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito e Transportes (ICETRAN), sob a coordenação do professor Sidnei Schmidt. O evento contou com a participação de mais de quarenta instituições públicas e privadas, estandes educativos, escolinha de trânsito da Polícia Militar, oficina de pipas, concurso de desenho, além das apresentações no palco principal, que contaram com a Banda de Música da Polícia Militar, o Coral Vozes do CEMJ, Culto Ecumênico e divertidas esquetes com os personagens Calota e Gasolina.

A celebração foi encerrada pelo ato solene de entrega das 8 mil assinaturas do abaixo-assinado “Eu quero uma Década de Ações para a Segurança no Trânsito”.



Deputado Hugo Leal recebe de Fernando Diniz relatório com o abaixo-assinado

Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito



Participação da PRF faz a diferença

Assumindo seu relevante papel para promover a paz no trânsito, a Polícia Rodoviária Federal participou da organização do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito e expôs o trabalho realizado diariamente para reduzir os índices de morte nas rodovias federais catarinenses.

O espaço destinado à exposição de alguns equipamentos e aparelhos utilizados no policiamento ostensivo e nos resgates (incluindo ambulância, motocicletas e helicóptero), à distribuição de material educativo e à exibição de matérias televisivas relacionadas à atuação da PRF se destacou como um dos mais visitados.

No entanto, as ações da PRF que mais chamaram a atenção do público foram as orientações da forma correta de como proceder a ressuscitação cardiopulmonar, as demonstrações de testes de bafômetro e a promoção de um concurso de desenhos com crianças de até 12 anos.

Para o dinâmico Inspetor Leandro Andrade, o concurso de



Inspetor Leandro Andrade, da PRF e o presidente do MONATRAN.

desenhos foi uma estratégia bastante interessante que despertou nas crianças e nos adultos que as acompanhavam a importância da participação de cada pessoa para a construção de um trânsito mais humano e seguro.

Animadas pela “Bonecona PRF” e usando giz de cera, cartolina e muita criatividade, mais de 60 crianças ilustraram suas ideias sobre o tema “Trânsito é vida”.

Uma comissão julgadora composta pelo Deputado Federal Hugo Leal; pelo presidente do MONATRAN - Movimento Nacional de Educação no Trânsito, Roberto Bentes de Sá; pela Tenente Coronel da Polícia Federal, Tércia Ferreira da Cruz; pelo engenheiro do DNIT, Edemar Martins; e pela professora Irene Rios, do Fórum Catarinense pela Preservação da Vida no Trânsito,

foi incumbida de avaliar os desenhos e definir os vencedores, levando em consideração as mensagens transmitidas.

No total, dez desenhos foram escolhidos. Os ganhadores foram premiados com vídeo-games, bicicletas, telefones celulares, aparelhos MP4 e relógios. Foram eles:

Até 8 anos

- 1º Matheus - 8 anos
- 2º Lucas - 6 anos
- 3º Ana Beatriz - 7 anos
- 4º Ana Júlia - 6 anos
- 5º Manoella - 6 anos

De 9 a 12 anos

- 1º Amanda Félix - 10 anos
- 2º Giovana Coppola - 9 anos
- 3º Bárbara - 10 anos
- 4º Christian - 10 anos
- 5º Maria Eduarda - 11 anos

sito do Brasil” ao Deputado Hugo Leal, e os pronunciamentos de diversas vítimas do trânsito.

Para Leal, o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito é uma data para que a sociedade assuma a sua responsabilidade e passe a cobrar dos governantes, das autoridades,

das empresas e de outros seguimentos da sociedade civil, as suas responsabilidades.

Durante o evento, o MONATRAN – Movimento Nacional de Educação no Trânsito fez a doação de 150 Jogos da Cidadania e 250 Manuais Infantis de Educação no Trânsito.

CRIANÇAS PRESENTES NO MOMENTO DA ENTREGA DOS PRÊMIOS AOS DESENHOS VENCEDORES



Lucas - 6 anos



Manoella - 6 anos



Giovana Coppola - 9 anos



Ana Beatriz - 7 anos



Ana Júlia - 6 anos

“Quando o poder público se omite em relação à violência no trânsito, se torna cúmplice e deve responder na forma da Lei.” **Fernando Diniz** - pai de Fabrício Diniz, vítima de um acidente em março de 2003 na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.



“O que mais nos impressiona é a aceitação do sofrimento. Na nossa sociedade, nós aceitamos que o sofrimento causado pelo trânsito seja uma coisa normal, quando é inaceitável. Por mais que os planos governamentais tenham que trabalhar com metas percentuais, nós queremos dizer às autoridades que não queremos apenas reduzir as mortes. Nós queremos acabar com as mortes no trânsito. Elas são inaceitáveis!” **Marcos Ferreira** – Conselho Regional de Psicologia



JUDICIÁRIO



Comprador de carros com vícios de fabricação consegue troca do veículo e danos morais

A Peugeot-Citroën do Brasil Automóveis Ltda. e a Lyon Comércio e Serviços Automotivos terão de dar um novo veículo ao comprador de um Peugeot 206 Soleil, ano 2000, que ainda receberá R\$ 10 mil por danos morais. O carro apresentou diversos defeitos e chegou a ser trocado, mas o novo automóvel também apresentou defeitos graves. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O carro, novo, foi adquirido na Baron – Itararé Imports Importação e Comércio, em São Paulo (SP). Logo após, antes de ter completado 9.000 km rodados, a concessionária Lyon, em Porto Alegre (RS), constatou defeitos como banco traseiro e calço do motor soltos, amortecedores com vazamento de óleo, correia do motor em péssimo estado e banco dianteiro rasgado.

Depois de diversas reclama-

ções – foram pelo menos sete visitas à oficina, antes dos 25.000 km –, a concessionária acertou que compraria o carro no estado em que estava e a preço de mercado, em troca da aquisição de um novo veículo, zero quilômetro, pelo consumidor, que pagaria a diferença.

Mas o novo automóvel também apresentou defeitos graves. Com 22.332 km, já tinha passado por consertos no braço da suspensão e caixa de direção, por exemplo, em cerca de cinco passagens pela oficina.

Para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), seria inadmissível que bens duráveis de valor considerável apresentassem tantos problemas em tão curto espaço de tempo, mesmo que bastante utilizados. O TJRS alterou a sentença de primeiro grau, para conceder a substituição do veículo por outro zero quilômetro do mesmo



modelo, mais indenização de R\$ 15 mil pelos transtornos.

As empresas recorreram da decisão ao STJ, alegando que os autores não comprovaram defeitos que comprometessem a funcionalidade do veículo, que teria percorrido cerca de

50.000 km, e que a decisão do TJRS foi omissa e além do pedido pelo autor. A concessionária ainda sustentou que não deveria arcar de forma solidária com a condenação e que os prejuízos deveriam ser ressarcidos monetariamente ou por restituição do valor pago na ocasião da compra do veículo.

O ministro Aldir Pas-

sarinho Junior entendeu que o TJRS não foi omissivo nem julgou além do pedido pelo consumidor. Considerou ainda que não se tratou de inversão do ônus da prova: na verdade, os compradores provaram os prejuízos e as empresas não conseguiram afastar os fatos sustentados.

Quanto à indenização por dano moral, o relator afirmou que o instituto não pode ser

banalizado. Para ele, a simples existência de vários defeitos, mesmo que em período de garantia do produto, não assegurava a indenização.

Porém, no caso específico, não houve recomposição dos prejuízos do consumidor com o primeiro veículo – que foi trocado pelo preço de mercado e com pagamento da diferença – e o segundo também apresentou defeitos significativos, o que ultrapassaria o caráter de mero dissabor e contratempo, passando a configurar efetivamente angústia e sofrimento. Mas o ministro considerou o valor fixado pelo TJRS excessivo, e o reduziu para R\$ 10 mil. Entendeu, ainda, que cabe ao consumidor optar pela substituição do bem, restituição do preço ou abatimento proporcional, e que a concessionária é responsável solidária à fabricante pelos danos.

Acusados por dirigir embriagados têm liminar em HC negada por STF

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou liminares pedidas em Habeas Corpus (HC 106156 e HC 106115) pela Defensoria Pública da União (DPU) em favor de dois motoristas denunciados por dirigir embriagados. Eles infringiram o artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

De acordo com a DPU, por terem sido denunciados em delito de baixo potencial ofensivo, o juiz concedeu a suspensão condicional do processo por dois anos. No entanto, eles deveriam comparecer mensalmente perante o juiz para informar suas atividades, comunicar eventual mudança de endereço e não se ausentar da comarca por mais de 15 dias.



Porém, uma das condições firmadas em acordo na Justiça gaúcha para que os denunciados obtivessem a suspensão das ações penais é a prestação de serviços alternativos, sendo que um deles deveria entregar

mercadorias no valor de R\$ 415,00 a uma entidade social e o outro deveria prestar serviços à comunidade durante sessenta horas, por três meses.

Para a Defensoria, “é inviável condicionar a suspensão do processo à prestação de serviços comunitários”. E argumenta que a suspensão condicional do processo é um benefício concedido sem qualquer reconhecimento de culpa ou dolo e, portanto, “as condições para a suspensão condicional do processo não podem ser idênticas às condições para a suspensão condicional da pena, nem mais gravosas, muito menos se revestir

com a característica de pena restritiva de direito”.

Portanto, pediu liminar para suspender as condições estabelecidas nos processos e, no mérito, pede a exclusão da prestação de serviços.

DECISÃO - O ministro Gilmar Mendes negou o pedido de liminar por entender que os argumentos trazidos pela defesa não autorizam a concessão da medida. Segundo a decisão, somente uma análise mais aprofundada na ocasião do julgamento de mérito poderá alterar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou pedido idêntico da DPU e manteve a prestação de serviços à comunidade como uma das condições para a suspensão condicional do processo penal.

IDEIA PARA SER IMITADA

Juizado Móvel agiliza conciliação em casos de acidentes

Quem já se envolveu em algum acidente automobilístico sabe que, muitas vezes, a perda de tempo, ocasionada pelas audiências e pelos processos burocráticos, chega a ser pior do que o prejuízo financeiro causado pelo imprevisto. Até mesmo uma simples lanterna quebrada ou um pára-choque amassado podem ser fontes inesgotáveis de dor de cabeça.

Porém, em algumas cidades brasileiras, a realidade é bem diferente. Há mais de uma década, diversas cidades e regiões metropolitanas como Brasília (DF), Fortaleza (CE) e Vitória (ES), já se utilizam do serviço móvel do Juizado Especial de Trânsito e outras tantas têm aderido ao programa. Afinal, uma boa idéia merece ser copiada.

O conceito é simples: uma Van,



AGRADECIMENTO ESPECIAL

A equipe de reportagem do Jornal O Monatran agradece a disposição com a qual foi recebida pelo Desembargador João Carlos Brandes Garcia, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que gentilmente encaminhou os contatos e possibilitou a execução desta reportagem sobre o Juizado do Trânsito na capital sul-mato-grossense.

equipada com computador, impressora e uma sala de conciliação, juntamente com a equipe formada por um motorista, um conciliador e um policial militar, leva a solução até o local do acidente, resolvendo a maioria dos casos na hora, sem a necessidade de posteriores audiências.

Daniel de Souza, morador de Campo Grande (MS), já usou o serviço e aprovou! Seu carro, estacionado em frente de casa, foi atingido pelo carro do vizinho durante uma manobra de rotina. Bastou ligar para o 0800 do Juizado do Trânsito e, em menos de uma hora, já havia sido atendido e estava de posse do Boleto de Ocorrência (BO) e do documento conciliatório, no qual o vizinho se responsabilizava pelo conserto do seu veículo. “Nem precisei me deslocar até uma delegacia para pegar o BO, pois o documento também sai na hora”, enfatiza.

Implantado em abril de 2002, o Juizado do Trânsito da capital sul-mato-grossense é uma cópia do modelo utilizado na capital capixaba e, a cada ano, tem ganhado a confiança da população.

Segundo o juiz responsável pelo Juizado do Trânsito na Cidade Morena, Dr. Mário Eduardo Fernandes Abelha, cerca de 93% dos processos iniciados no local do acidente geram acordo, diminuindo o atendimento no cartório e facilitando a vida do

cidadão.

Desde a implantação do serviço em 2002 até 24 de setembro deste ano, as duas unidades de atendimento disponíveis na cidade cuidaram de 24.700 chamadas. Somente em 2010 (até 24 de setembro) foram 4.134 atendimentos.

Com uma média mensal de 400 atendimentos (atualmente), o Juizado do Trânsito atende cerca de 14 ocorrências por dia. “Esclarecendo que os chamados pelos telefones 159 e 08006471333 e via 190 (rádio), são bem maiores, porém só é possível atender esses casos; os demais, com vítima, veículos com documentação atrasada, falta de habilitação, órgãos públicos envolvidos, são encaminhados para o atendimento convencional”, explica Abelha.

Em Campo Grande, as duas vans trabalham das 7:00 horas às 19:00 horas (de segunda a sexta-feira), e apenas uma delas estica o horário até às 22:00 horas, operando inclusive nos sábados, domingos e feriados.

Nota do Editor: Não seria nada mal termos algumas unidades móveis do Juizado do Trânsito aqui na Grande Florianópolis. Será que há vontade política para isso? Aproveitamos para parabenizar São Luís (MA), Natal (RN) e Rio Branco (AC) que também já estão aproveitando a ideia.

Veículos terão *chip* a partir de 2011

Dados como localização, multas e vistorias pendentes serão captados por antenas e transmitidos para o Detran. Já apelidado de "Big Brother", sistema pode ajudar no combate a roubos e na fiscalização do trânsito em todo o país; uso será obrigatório em 2014

A partir de 2011, automóveis, motos, ônibus e caminhões de todo o país começam a receber o chip de identificação, que fornecerá informações em tempo real sobre os veículos.

O novo sistema, denominado Siniav (Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos), tem como principal objetivo inibir roubos e furtos, além de ajudar na gestão do trânsito e fiscalizar, por exemplo, o rodízio em São Paulo.

O uso da etiqueta eletrônica (TAG) será obrigatório a partir de 2014. A infração será considerada grave, com multa de R\$ 127,69, mais cinco pontos na carteira e retenção do veículo.

Só estão excluídos da obrigatoriedade os "carros bélicos", de uso militar.

FUNCIONAMENTO

As informações armazenadas nos chips - placas, número do chassi, localização, multas e vistorias pendentes - serão captadas por antenas e transmitidas para os Detrans. As polícias estaduais também poderão ter acesso às in-



formações, mas ainda não há definição de como isso será feito.

De acordo com Dario Thober, coordenador técnico do Siniav, Estados e municípios já iniciaram a implantação de infraestrutura para receber, processar e passar dados para o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito).

"Rio e São Paulo devem sair na frente porque estão com o sistema avançado. Santa Catarina e Rio Grande do Norte também

estão adiantados. Os outros ainda estão se adequando."

O coordenador explicou que antenas leitoras captarão, num alcance de 10 a 15 metros de distância, os dados sobre o veículo.

ATRASSO

A implantação começa com dois anos de atraso. De acordo com o Denatran, a demora foi causada pela necessidade de patentear o dispositivo e adequar a infraestrutura dos Detrans para

captação das informações.

O Denatran estima implantar inicialmente 20.000 antenas no país, sendo 3.000 em São Paulo e 2.000 no Rio, o que seria "suficiente para fase inicial".

Se autorizada pelos Detrans, a polícia poderá ter acesso a esses dados automaticamente. "Uma antena móvel poderá ser usada nas blitzes, no teto do carro da corporação", afirmou o ministro das Cidades, Márcio Fortes.

Governo cede e adia leilão de trem-bala

Leilão, que estava marcado para dezembro, foi adiado para abril de 2011 por causa do risco de apenas um grupo participar da disputa

O governo cedeu às pressões dos investidores e adiou o leilão do trem-bala para abril de 2011. Diante do risco de ter apenas um concorrente na disputa pelo projeto, orçado em mais de R\$ 33 bilhões, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) optou em dar mais prazo para que outras consórcios possam ser formados.

Segundo o diretor-geral da

ANTT, Bernardo Figueiredo, quatro grupos de empresas fizeram "manifestações concretas e objetivas" que vão participar da licitação no próximo ano. "Apesar da perspectiva objetiva de termos uma proposta (a dos sul-coreanos), o governo tomou a decisão de conceder esse prazo adicional", disse Figueiredo.

Com a decisão, a data de apresentação das propostas foi transferida do dia 29 de novembro para o dia 11 de abril. O leilão acontecerá na BM&F Bovespa, em São Paulo, no dia 29 de abril, e não mais em 16 de dezembro. O adiamento foi discutido com o presidente Lula, no dia 25 de Novembro.

Segundo Figueiredo, a única preocupação do presidente era ter a garantia da entrada de mais competidores. "Na medida em que isso se confirmou, a decisão foi buscar a compe-

titividade no leilão", disse. "O presidente não tem essa vaidade de fazer o leilão no governo dele." A presidente eleita, Dilma Rousseff, também foi informada sobre o adiamento e disse entender que a decisão caberia ao presidente Lula.

PRESSÃO

Desde a semana passada, o governo passou a ser bombardeado por pedidos de adiamento e ameaças de desistência do processo de licitação. O único que se manteve firme e disposto a entregar uma proposta foi o consórcio coreano, que há mais de um ano estuda sobre o projeto. O representante do consórcio não escondeu sua decepção com a decisão. "Ficamos um pouco decepcionados porque já tínhamos uma proposta pronta e viável", disse Paulo Benites. O executivo disse que o grupo vai aproveitar o tempo adicional

para reavaliar a proposta e negociar a inclusão de novas empresas no consórcio, que já tem 22 companhias.

As pressões para que o governo desistisse de realizar a licitação partiram tanto das empresas estrangeiras, que detêm a tecnologia de fabricação dos trens de alta velocidade (TAV), como de entidades empresariais, como a Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer). No caso dos fabricantes, a intenção é tentar mudar o modelo. Algumas não querem ser sócias do projeto, mas apenas fornecedoras de equipamentos.

As grandes construtoras também ameaçaram ficar de fora do projeto argumentando não terem tido tempo para fazer os estudos. Segundo o jornal O Estado de São Paulo, muitas empresas preferiram ver o resultado das eleições para decidir sobre os estudos.



ALCOOLDUTO

Caminhões fora das rodovias

Por ano, a ligação terá capacidade de transportar até 12 bilhões de litros de etanol. A previsão de conclusão é para o início de 2013.

O alcoolduto lançado no dia 23 de novembro em Ribeirão Preto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá retirar das rodovias cerca de 80 mil caminhões por ano, de acordo com a Petrobras.

O maior impacto deve ser visto na ligação entre Ribeirão e Paulínia, a principal do país, que liga um polo produtor a outro distribuidor. A ligação em Ribeirão sairá do terminal da Petrobras e percorrerá 202 quilômetros até o polo petroquímico de Paulínia, na região de Campinas.

Por ano, a ligação terá capacidade de transportar até 12 bilhões de litros de etanol. A previsão de conclusão é para o início de 2013.

A obra toda, de Jataí e Se-



Lula participa dos primeiros passos da obra do alcoolduto

nador Canedo, em Goiás, até o porto de São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, terá 850 quilômetros e capacidade para transportar até 21 bilhões de litros por ano.

Em Ribeirão, o álcool será

transportado por caminhões das usinas até o terminal, onde será pesado e passará por uma análise de qualidade. Depois, será armazenado em tanques para, então, entrar no duto e seguir o destino.

Ainda no dia 23, a Trans-

petro, subsidiária de transportes da Petrobras, assinou um contrato de US\$ 239,1 milhões para a construção de 80 barcaças e 20 empurradores que farão a ligação hidroviária para o escoamento do etanol produzido na região de Araçatuba.

A carga seguirá pela hidrovia do Tietê até Anhembi, de onde sairá por dutos até Paulínia para se juntar ao alcoolduto de Ribeirão Preto. A obra está prevista para ser concluída até 2015, tirando outros milhares de caminhões das estradas.

Para o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, a instalação do alcoolduto reduzirá os custos de transporte (50% a 90%), aumentando a rentabilidade da atividade do etanol no Brasil.

Falta educação para motoristas

Levantamento da Paraná Pesquisas mostra que metade dos entrevistados já sofreu com xingamentos no trânsito de Curitiba e aposta em medidas educativas para combater a violência

Pouco mais de uma semana depois do arquiteto Luiz Henrique Dias, 39 anos, ter sido agredido com uma barra de ferro no centro de Curitiba por causa de uma buzina, um levantamento da Paraná Pesquisas feito com 400 moradores da capital paranaense mostra que a maioria acha os condutores da cidade mal educados (60%) e grande parte os considera desrespeitosos com os outros motoristas (42%). Além disso, a pesquisa também aponta que quase metade dos habitantes da capital já sofreu alguma forma de humilhação, entre xingamentos (52%) e gestos obscenos (43,5%), que, por vezes, são o estopim para cenas de violência tão frequentes no trânsito de grandes cidades.

“Até o ocorrido eu considerava, de certa forma, normal brigar no trânsito. Hoje em dia não acho. Aliás, tenho dirigido com muito cuidado, medo mesmo de fazer qualquer coisa errada que possa provocar uma briga”, desabafa Dias.

Uma das princi-

pais reclamações do arquiteto, além da falta de educação dos motoristas em geral, é a ausência da polícia na rua. “Demoraram 45 minutos para chegar. Se o cara estivesse armado, eu já estaria morto. Se não fosse pela população – um rapaz que o segurou quando ele [o agressor] tentou avançar pela segunda vez, uma enfermeira que me acudiu até a ambulância chegar e outra pessoa que levou minha esposa, que não tem habilitação, para o hospital – não sei o que seria de mim.”

Enquanto os moradores da capital paranaense apontam um conteúdo reforçado de educação no trânsito como antídoto para o combate à violência no meio (48,25%), os especialistas vão além. Para eles, o trânsito tem sido válvula de escape para os problemas das pessoas em geral, o que demandaria soluções mais profundas do que apenas o aprimoramento das aulas na auto-escola. “A sociedade está em crise, com um sentimento de que falta tempo para tudo, e está descontando toda a sua neurose no trânsito”, opina o professor do curso de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná Lindomar Wessler Boneti.

O doutor em Psicologia e membro do

Conselho Federal de Psicologia da Câmara do Conselho Nacional de Trânsito Fabian Javier Marín Rueda, natural do Uruguai, lembra que muito se investe nas vias públicas no Brasil e pouco na educação no trânsito, que é algo de longo prazo. “Na Europa, na Finlândia, por exemplo, os índices de acidentes são mínimos porque há 40 anos se investe em uma política de educação no trânsito”.

Tanto Rueda quanto o especialista em Direito de Trânsito e presidente de uma das Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP), Maurício Januzzi Santos, falam da necessidade de maior rigidez para tirar e manter a carteira de habilitação. “Em Montevideu, por exemplo, a prova teórica é bastante rigorosa com relação às leis de trânsito e a prova prática exige comprovação de habilidade para dirigir no centro da cidade e na estrada”, conta Rueda. “No Brasil, as aulas e o exame atuais não preparam o motorista no sentido da não-violência e do uso racional do carro. Sou a favor, por exemplo, de que o motorista tivesse um histórico registrado em seu nome e que esse histórico fosse avaliado a cada renovação de carteira”, sugere Santos.



CARTAS

Cartas enviadas a Roberto Alvarez Bentes de Sá - presidente do MONATRAN – Movimento Nacional de Educação no Trânsito,

Gostaríamos de registrar o agradecimento da efetiva participação desta Entidade, no Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito, ocorrido no dia 21 de Novembro – na Beira Mar Norte.

A participação desta Instituição foi de fundamental importância para o sucesso do evento, especialmente deste Presidente, pelo engajamento de forma profissional e da sua absoluta cumplicidade na defesa de uma causa na qual acreditamos.

O Monatran mais uma vez dá uma demonstração de ser uma Instituição focada com os anseios da família catarinense.

Manifestando protestos da mais elevada estima, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Prof. Sidnei Schidt

Icetrans



Como Coordenador do Fórum Catarinense pela Preservação da Vida no Trânsito e Engenheiro Civil e Supervisor de Operações Rodoviárias do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, em Santa Catarina, venho através desta parabenizar V.S^a. Extensivo a sua equipe, que tão bravamente, compilaram informações importantes sobre trânsito, que nos servem de guia e consultas para diversos assuntos ligados as nossas atividades e mais uma vez obrigado por remeter nossa edição mensal.

Saudações,

Atenciosamente.

Eng^o Edegar Martins

Coordenador do FCPVT

Regina de Andrade

Secretaria do FCPVT

“Haja paciência! A chamada da capa retratou com exatidão o sentimento de todos nós que precisamos trafegar pela avenida Beira-Mar. Embora qualquer obra, em qualquer época do ano, represente uma catástrofe para o trânsito complicado de nossa capital, sem dúvidas, o recapeamento da Beira-Mar no período da alta temporada é de arrepiar os cabelos. Nada tendo o que fazer e sem ter para onde fugir, o jeito é ter paciência. Sucesso a equipe do Jornal O Monatran e parabéns pelo primeiro aniversário!”

Helena Soares

Florianópolis/SC



“Parabenizamos a todos os envolvidos pelo primeiro aniversário do Jornal O Monatran e, desde já, desejamos a continuidade desta importante ferramenta que tanto nos têm esclarecido. Esperamos que, através das próximas edições, as autoridades sejam de fato sensibilizadas e ajam de modo a buscar soluções concretas para a problemática do trânsito.”

Evandro Gomes

São José/SC

“Debate presidencial, omissão e história. Lamentavelmente, também na esfera presidencial nada foi dito sobre a prevenção da doença do traumatizado os hospitais e, a cada dia, se firmado como um problema de saúde pública foi ignorada pelos candidatos e, provavelmente, deve ser esquecida durante os quatro anos que se seguem. Contra isso, resta apenas uma única saída: a organização de fato da sociedade civil em prol de um trânsito mais humano e seguro.”

Carlos Berger – Brasília/DF

“Parabéns à direção e aos funcionários do Jornal O MONATRAN pelo seu 1º aniversário. Continuem o sucesso de sempre que tiveram até aqui.”

Alcione Sell Wagner

Florianópolis/SC (Manezinho da Ilha)

“O turismo do caos. Sinceramente... não pretendo nem entrar na Ilha durante a alta temporada. Se nada for feito, nossa capital corre o risco de perder o título de destino turístico mais querido do Brasil. Logo, logo, os turistas irão fugir daqui.”

David Nunes

Florianópolis/SC

“Cão ao lado, perigo dobrado. Gostei muito da matéria que alertou sobre os perigos do transporte de animais em veículos de passeio sem os devidos cuidados. Aliás, nem sabia que era uma infração carregar meu cachorro solto até uma clínica veterinária, por exemplo. Tratei logo de providenciar a caixa para transporte.”

Rhay Teixeira

Campo Grande/MS



Acidentes de trânsito matam mais os jovens

Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) até o mês de outubro, número de acidentes e mortes nas rodovias que cortam Sergipe este ano já superou o que foi registrado em 2009. Em 2010 já foram contabilizadas 1.137 ocorrências com 633 feridos e 88 mortos, contra 868 acidentes que deixaram 478 feridos e 55 mortos no ano passado. A imprudência ao volante é a maior razão desse cenário.

Os dados confirmam ao trânsito a condição de maior causa de mortes na sociedade, ultrapassando os casos de acidente naturais e homicídios. Mas o mais preocupante, de acordo com o pesquisador do Departamento de Medicina (DME) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) Ricardo Fakhouri é que o trânsito, hoje, é um agente que mata de forma aceita pela sociedade, sem gerar um incômodo igual ao que um assassinato na periferia causa.

É justamente para sensibilizar o poder público e a sociedade que desde 2001 o Grupo de Pesquisa em Ciências da Saúde realiza em sua linha de estudos o monitoramento dos casos de violência no trânsito a fim de se traçar um histórico da evolução dos casos. Os dados que se têm disponíveis até então dão conta de que de 2001 a 2005 quase 1.200 pessoas perderam a vida nas pistas, a maioria delas do sexo masculino – em 84% dos casos –, com idade entre 20 e 29 anos (520 vítimas), por atropelamento ou colisão.

Para o pesquisador, os jovens são os maiores protagonistas dos acidentes de trânsito porque acabam sendo responsáveis pelo resultado da soma da inexperiência com a inconsequência. “O jovem acaba recebendo a habilitação aos 18 anos, mas não tem familiaridade com o trânsito e há muitas situações que são novas para ele. A velocidade é inebriante e junto com a inexperiência e a falta de senso crítico não o leva a analisar as consequências, por exemplo, do impacto que vai sofrer em um acidente a 80Km/h, a 90Km/h e a 160KM/h”, ressalta o professor.

Perigo com fones de ouvido

Conversar ou ouvir música é um hábito perigoso ao dirigir

Aproveitar o percurso de volta para casa para colocar em dia a conversa com os amigos, resolver problemas no trabalho ou mesmo ouvir música para relaxar. O hábito, cada vez mais comum entre motoristas, teve reflexo no aumento drástico do número de multas aplicadas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) por dirigir utilizando telefone celular ou fone de ouvido. Até outubro deste ano, 33.786 motoristas foram autuados pela prática, 4.544 a mais que em todo o ano passado, o que representa um aumento de 15,5%. São, em média, mais de 116 autuações por dia, uma multa a cada 15 minutos.

O militar aposentado Juaris Vieira, 50 anos, não abre mão do que ele chama de “uma das descobertas



mais práticas que existem”. Basta entrar no carro ou subir na moto para que o aparelho seja deslocado do pescoço em direção aos ouvidos, seja para ouvir música ou conversar. “É

muito melhor e mais fácil do que ocupar um dos braços com o celular”, relata. Para evitar multas, ele adquiriu um detetor de radar. “Evito ser punido pela velocidade e fico atento às blitzes”. São um aparelho celular e um rádio, com um fone de ouvido para cada.

A praticidade, no entanto, além de ser uma infração média, acarreta quatro pontos na carteira e custa R\$ 85,13, desvia a atenção do condutor do principal: o trânsito. “A grande preocupação que se tem é com a desatenção provocada tanto pelo diálogo ao telefone quanto pelas músicas”, alerta o chefe da Fiscalização do Detran, Nelson Leite Júnior. A utilização de fones conectados a aparelhagem sonora ou telefone celular é proibida pelo artigo 252 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Idosos podem ficar isentos do pagamento de pedágios

Projeto de lei prevê isenção de pedágios em rodovias federais para aposentados. A proposta ainda está sendo votada e, se for regulamentada, terá validade em todas as rodovias federais.



Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR)

Baseado no Estatuto do Idoso, que assegura a gratuidade dos transportes públicos urbanos e semi-urbanos, o deputado paranaense Luiz Carlos Hauly (PSDB) criou o projeto para garantir aos maiores de 60 anos um benefício que não ficou estabelecido no código. “Há muitos idosos que dirigem e trafegam em rodovias federais pedagiadas”, explica Luiz Hauly.

De acordo com Hauly, a proposta da lei consequentemente fornecerá aos idosos melhorias na qualidade de vida.

A proposta já foi aprovada pelas comissões de Viação e Transportes e de Seguridade Social e Família, mas ainda há um longo caminho a percorrer antes de entrar em vigor.

“O projeto precisa ser aprovado pela Câmara, depois passa para análise do Senado. Aprovado pelo Senado, o projeto vai para a sanção do

presidente e, só depois, se torna lei”, disse Hauly.

Se for aprovada qualquer idoso poderá transitar nas estradas federais sem pagar os pedágios, porém, para usufruírem deste benefício, os idosos terão que ser os condutores do veículo e apresentar algum documento que comprove a idade.

Projeto quer isenção de taxas de pedágios para deficientes físicos

O projeto de lei de Luiz Hauly tramita em conjunto com uma outra PL que visa, também, isentar os veículos dos deficientes físicos do pagamento de pedágios. A proposta é do deputado Luiz Bittencourt (PMDB) e, também, está em processo de votação.

Instrutor mostra como pequenas desatenções podem ser perigosas no trânsito

Colocar o cinto depois de começar a andar com o carro, trocar o CD com o veículo em movimento, pegar alguma coisa no banco de trás: situações que tiram a atenção do motorista podem colocar em risco a segurança de todos no carro.

Na véspera do feriadão da Proclamação da República, o Jornal Nacional mostrou de um jeito muito claro como é importante dirigir com atenção total na estrada. Para tanto, a equipe de reportagem da emissora se propôs a mostrar como alguns movimentos dentro do carro podem pôr a segurança em risco, contando com a ajuda de um instrutor de direção defensiva, Roberto Manzini.

No Autódromo de Interlagos, Manzini recriou, com segurança, o perigo da falta de concentração, mostrando que o risco vai além de misturar celular e volante. Afinal, dentro do carro, todo motorista se coloca em situações que fazem com que ele perca a atenção.

O primeiro erro demonstrado de propósito foi começar a dirigir para só depois colocar o cinto de segurança. “Por volta de quatro segundos sem olhar para



a frente. A 60 km/h, são 72 metros sem enxergar”, alerta.

Outro risco: trocar o CD com o carro em movimento. “Outros quatro segundos pra achar o Eject. Por causa disso, o carro andou em zig zag, parecendo uma cobra. Calcula isso a 100 km/h numa rodovia”, diz.

Agora, pegar alguma coisa no banco de trás. “A experiência mostrou a tendência de mexer no volante sem querer. Na hora em que o motorista foi pegar, seu corpo mexeu o volante. Isso na rua

é um desastre”, declara.

E o que pode acontecer quando o motorista procura um objeto no portaluvas? “O farol fechou e o motorista nem colocou o pé no freio, pois não viu o semáforo. Nós teríamos morrido se tivesse um caminhão parado ali. Isso normalmente acontece com quem dirige há muito tempo, até porque pensa que domina a situação. E não domina, porque estamos numa situação dinâmica”, esclarece.

Por fim, Manzini sugeriu que, ao sair de viagem, o motorista tenha tudo a mão e jamais procure moedas ao chegar perto do pedágio. “Tem gente que vai chegando perto do pedágio, vai procurar dinheiro, troco, moeda. Você está a 120 km/h”, diz o instrutor.

Em resumo: Ao volante, apenas dirija. “É o princípio da direção segura: se eu enxergo, eu tenho como prevenir”, conclui Manzini.

A todos os catarinenses
nossos desejos de um
Feliz Natal e Próspero Ano Novo!

A CONCREMAT GERENCIA
COM ORGULHO AS OBRAS
DE RESTAURAÇÃO DA
PONTE HERCÍLIO LUZ

CONCREMAT
SOLUÇÕES INTEGRADAS DE ENGENHARIA
A SERVIÇO DA ACESSIBILIDADE HUMANA